

Economia Solidária & Educação do Campo: uma relação dialógica emancipadora

Jailson Batista dos Santos¹, Gislaine da Nóbrega Chaves²

Resumo

Este artigo aborda a relação entre Economia Solidária e Educação do Campo como práticas emancipadoras. O estudo visa compreender como essas iniciativas promovem a autonomia das classes populares. A relevância reside na necessidade de explorar como determinados princípios, tais quais participação, dialogicidade e autogestão, são aplicados nesse contexto para alcançar a emancipação dos/as oprimidos/as. A metodologia qualitativa combina pesquisa de campo, bibliográfica e documental, focando especificamente em uma feira agroecológica como um exemplo de empreendimento solidário. A análise teórica fundamenta-se na compreensão das dinâmicas de organização coletiva e na promoção da emancipação social. Os resultados revelam uma relação interdependente entre Economia Solidária e Educação do Campo, demonstrando seu potencial transformador na sociedade ao promover autonomia e participação comunitária. Conclui-se que essas práticas não apenas oferecem alternativas econômicas viáveis, como fortalecem a coesão social e contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Por fim, este estudo contribui para o debate acadêmico ao evidenciar como essas práticas podem ser agentes de mudança social significativa, influenciando políticas públicas e estratégias de desenvolvimento comunitário.

Palavras-chave

Economia Solidária. Educação do Campo. Emancipação.

¹ Doutorando em Educação na Universidade Federal da Paraíba, Brasil; recebeu o prêmio de Láurea Acadêmica Destaque da Graduação, alcançando o primeiro lugar em desempenho acadêmico. E-mail: jaylsonbatysta@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; professora na Universidade Federal da Paraíba, Brasil; líder do grupo de pesquisa Gênero e Educação. E-mail: gislaine.chaves@academico.ufpb.br.

Solidarity Economy & Countryside Education: an emancipatory dialogical relationship

Jailson Batista dos Santos¹, Gislaine da Nóbrega Chaves²

Abstract

This article examines the relationship between Solidarity Economy and Countryside Education as emancipatory practices. The study aims to understand how these initiatives promote the autonomy of the working classes. Its relevance lies in the need to explore how certain principles, such as participation, dialogue, and self-management, are applied in this context to achieve the emancipation of the oppressed. The qualitative methodology combines field, bibliographic, and documentary research, focusing specifically on an agroecological fair as an example of a solidarity enterprise. The theoretical analysis is based on an understanding of the dynamics of collective organization and the promotion of social emancipation. The results reveal an interdependent relationship between Solidarity Economy and Countryside Education, demonstrating their transformative potential in society by promoting autonomy and community participation. It is concluded that these practices not only offer viable economic alternatives, but also strengthen social cohesion and contribute to the construction of a more just and inclusive society. Finally, this study contributes to the academic debate by highlighting how these practices can be agents of significant social change, influencing public policies and community development strategies.

Keywords

Solidarity Economy. Countryside Education. Emancipation.

¹ Doctoral student in Education, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; received the Academic Laureate Award for Graduation, achieving first place in academic performance. Email: jaylsonbatysta@gmail.com.

² PhD in Education, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; professor at the Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; leader of the Gender and Education research group. Email: gislaine.chaves@academico.ufpb.br.

Considerações iniciais

As práticas econômicas hegemônicas no campo, fundadas no agronegócio e geradoras de *commodities*, apresentam-se alinhadas à perspectiva das políticas neoliberais, no sentido de suprir as exigências impostas pelo sistema capitalista, que, além de impactar negativamente o meio ambiente, é extremamente concentrador de riquezas, tornando-se insustentável para o planeta e para os/as humanos/as. Esse projeto de agricultura está baseado na produção de monocultura, feita em larga escala, visando atender o mercado externo e pressupondo o uso de uma mão de obra cada vez mais especializada. Tal perspectiva fundamenta-se na “teoria do capital humano”, proposta por Schultz (1971), que sugere o investimento em pessoas para aumentar a produtividade, com a promessa de gerar mobilidade social entre as classes. Nesse contexto, os conhecimentos necessários para promover a criticidade e o exercício pleno da cidadania são restritos apenas aos interesses das elites.

Enquanto isso, o projeto de campo, assentado na agricultura familiar, pensado conforme os princípios da Economia Solidária e da Educação do Campo, possui um traçado oposto aos interesses neoliberais, uma vez que se preocupa com o meio ambiente. Além disso, está baseado na policultura, contribuindo para a saúde humana e para a segurança alimentar; está assentado na agroecologia, na produção orgânica, livre de agrotóxicos, de adubos químicos; seus princípios educativos estão voltados à libertação dos sujeitos historicamente marginalizados por esse sistema de dominação.

Nesse prisma, é necessária uma análise crítica sobre as práticas econômicas neoliberais, uma vez que as práticas colaborativas, desenvolvidas por grupos de associações e/ou cooperativas, coletivas e independentes, são produtoras de conhecimento e, portanto, constituem-se como práticas educativas e emancipadoras (Morais, 2015). Diante disso, a problemática discutida neste artigo parte dos seguintes questionamentos: Qual é a relação estabelecida entre a Economia Solidária e a Educação do Campo? Como ocorre o processo de organização de um empreendimento solidário e quais são seus impactos na vida das pessoas do campo e da cidade? Qual é a concepção de Economia Solidária na perspectiva dos/as trabalhadores/as que produzem e comercializam seus produtos na Feira?

Para abordar as questões levantadas, objetivou-se discutir a Economia Solidária e sua interação com a Educação do Campo, explorando alguns de seus princípios e práticas como formas de emancipação. Para isso, utilizou-se como base metodológica a abordagem qualitativa, com pesquisa de campo, do tipo estudo de caso, tendo como instrumentos um roteiro de entrevistas semiestruturadas, consentidas e gravadas, assim como um roteiro de

observações, cujas anotações foram registradas em diário de campo. O lócus da pesquisa foi a Feira Agroecológica Ecovárzea, um empreendimento solidário organizado por trabalhadores/as do campo, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizada no Câmpus da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa/PB. As dinâmicas ocorridas na Feira, estipuladas para todas as sextas-feiras, aparecem aqui como exemplo concreto da organização de um empreendimento popular e solidário.

Na fundamentação teórica, dialogou-se com vários/as autores/as que abordam a Economia Solidária e a Educação do Campo, como Singer (2002), Fernandes e Ceroli (2004), Caldart (2009), Freitas (2011) e, por fim, Freire e Shor (1986). Singer (2002) destaca as origens e os princípios da Economia Solidária, tendo como inspirações o cooperativismo operário do século 19 – na Grã-Bretanha, a autogestão, a solidariedade e a propriedade coletiva dos meios de produção. Fernandes e Ceroli (2004) analisam a evolução da Educação do Campo no Brasil e a importância dos movimentos sociais nesse contexto. Caldart (2009) critica a educação tradicional por marginalizar trabalhadores/as rurais, enquanto Freitas (2011) examina o impacto das políticas neoliberais na educação dos anos 90. Freire e Shor (1986) discutem a pedagogia do/a oprimido/a e a importância do diálogo na educação. Assim, buscou-se compreender como a Economia Solidária e a Educação do Campo podem promover cidadania, justiça social e emancipação dos sujeitos em situação de vulnerabilidade.

O debate proposto para discussão neste artigo está organizado em quatro tópicos. O primeiro, “Economia Solidária e Educação do Campo: concepções e relações”, discute a relação entre a Economia Solidária e a Educação do Campo como práticas transformadoras da sociedade. O segundo, “Educação do Campo & Economia Solidária: princípios norteadores em comum”, aborda os princípios compartilhados entre essas áreas, destacando a participação popular, a dialogicidade e a preocupação com a emancipação dos/as oprimidos/as. O terceiro tópico, “Caminhos metodológicos da pesquisa de campo: visitando um empreendimento solidário”, apresenta a metodologia adotada para compreender os saberes e conhecimentos dos/as trabalhadores/as campesinos/as envolvidos/as em um empreendimento solidário. Finalmente, o quarto tópico, “Experiências e práticas de um empreendimento solidário: resultados e discussões”, discute os resultados e reflexões obtidas a partir da pesquisa de campo realizada, como parte do estudo sobre a relação entre a Economia Solidária e a Educação do Campo.

Economia Solidária e Educação do Campo: concepções e relações

A compreensão a respeito do debate que envolve a relação entre a Economia Solidária e Educação do Campo implica em considerar as concepções que as definem quanto práticas transformadoras da sociedade. A primeira é compreendida como um empreendimento econômico pautado na solidariedade, tendo como principais características a autogestão, a propriedade coletiva dos meios de produção e o direito à liberdade individual (Singer, 2002). A segunda refere-se a um paradigma de educação originário das demandas e lutas dos movimentos sociais por uma educação de qualidade para os povos do campo, que surgiu como crítica à concepção de educação tradicional (Caldart, 2009).

A Economia Solidária, do ponto de vista histórico, surgiu após o capitalismo industrial – mais precisamente, na primeira década do século 19, quando o regime de exploração do trabalho era extenuante (Singer, 2002). Conforme analisa Singer (2002), essa exploração afetava a saúde dos/as trabalhadores/as em todos os níveis, inclusive em relação a crianças que começavam a trabalhar desde a infância e, consequentemente, eram submetidas a jornadas exaustivas. Como resposta a essa exploração do trabalho, ocorrida no período da “Revolução Industrial”, surgiu a perspectiva da Economia Solidária.

Assim, segundo Singer (2002), os/as industriais mais esclarecidos/as propuseram leis de proteção aos/as trabalhadores/as, dentre os quais se destaca o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark (Escócia). Nesse contexto, a Economia Solidária emerge como uma resposta direta a essas condições adversas, visando não apenas melhorar as condições de trabalho, mas promover um modelo econômico mais justo e colaborativo.

Ademais, conforme explica Singer (2002), Owen optou por limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças em sua empresa. Essa decisão resultou em maior produtividade do trabalho e tornou a empresa lucrativa, apesar dos gastos elevados com a folha de pagamento. Em consequência desse tratamento generoso com os/as trabalhadores/as, Owen adquiriu grande admiração e respeito, tornando-se um filantropo.

Esse contexto inicial, o qual marca a história da Economia Solidária, é chamado de “Cooperativismo Revolucionário” (Singer, 2002), tornando-se evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica fomentada pelo movimento operário contra as formas de dominação do capitalismo. Nessa perspectiva, Owen é considerado um exemplo de pensador e homem de ação de extrema importância, uma vez que sintetizou o pensamento e ação na fase

de criação de uma nova forma de economia pautada na cooperação e solidariedade dos sujeitos historicamente marginalizados (Singer, 2002).

No Brasil, a concepção solidária da economia, também conhecida como cooperativismo, teve suas origens no século 20, com a chegada dos/as imigrantes europeus/ias (Singer, 2002). Essa prática se materializou por meio de cooperativas de consumo nas áreas urbanas e cooperativas agrícolas no meio rural. Singer (2002) destaca que as décadas de 1980 e 1990, conhecidas como as décadas perdidas, foram marcadas por severas crises econômicas que resultaram na desindustrialização do país, causando a perda de milhões de empregos e aumentando significativamente a exclusão social (Singer, 2002). Diante desse contexto desafiador, as cooperativas solidárias não apenas se tornaram uma resposta econômica, como também social, oferecendo uma alternativa viável para que as comunidades urbanas e rurais enfrentassem as crises econômicas promovendo autossuficiência e solidariedade entre os/as trabalhadores/as (Singer, 2002).

No debate sobre a Educação do Campo, seu desenvolvimento histórico foi marcado por períodos de resistência desde sua concepção, momento em que esse espaço era visto pela elite como atrasado. Esse processo reflete períodos históricos significativos no âmbito econômico, político e social, bem como sua importância na luta pela reforma agrária e por democracia. Nos anos 1990, a ideologia neoliberal tentou promover a ideia de que a educação poderia resolver os problemas sociais do Brasil, mascarando as origens desses problemas estruturais, o que resultou em uma crise nos movimentos sociais da época (Freitas, 2011). Em resposta a essa crise, surgiram novos movimentos que lutavam por direitos, como o “Movimento Nacional por uma Educação do Campo”, que alcançou projeção nacional.

Contudo, a discussão sobre a Educação do Campo conquistou maior repercussão a partir de 1998, com a “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo”, ocorrida em Luziânia/GO. Consoante Fernandes e Ceroli (2004), essa conferência foi resultado do “I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (Enera)”, ocorrido em 1997 e organizado pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), com o apoio da Universidade de Brasília (UnB), dentre outras entidades. A partir de então, as questões que envolvem as políticas educacionais para melhorar a qualidade da educação no campo começaram a ser uma preocupação no planejamento de ações para serem aplicadas nas escolas do campo.

Na perspectiva apresentada por Caldart (2009, p. 39), “a Educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”. Segundo a referida autora, a educação tradicional

desconsidera a realidade dos/as trabalhadores/as do campo, uma vez que remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo em disputa, consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país (Caldart, 2009). Sob essa perspectiva, percebe-se que, enquanto o paradigma da educação rural concebe a realidade do campo como um “lugar de atraso”, o paradigma da Educação do Campo apresenta uma valorização dos sujeitos que pertencem a essa realidade.

A concepção de Economia Solidária e o paradigma da Educação do Campo criticam o modo de produção capitalista e se posicionam contra o sistema educacional tradicional fundado na opressão. Ambas as políticas públicas incidem nas práticas de economia solidária de caráter popular e progressista, sendo vistas como projetos transformadores da sociedade, especialmente ao promover o pleno exercício da cidadania por sujeitos historicamente marginalizados, visando à sua emancipação das diversas formas de opressão de classe, de gênero e de raça. Além disso, essas abordagens não apenas oferecem alternativas econômicas e educacionais viáveis, como fortalecem a coesão social e a participação democrática nas comunidades em que são implementadas. Ao proporcionarem espaços de aprendizado crítico e prático, tanto na esfera econômica quanto na educacional, contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos com base na solidariedade e na sustentabilidade.

Educação do campo & Economia Solidária: princípios norteadores em comum

A relação entre a Educação do Campo e a Economia Solidária se encontra estabelecida em seus princípios norteadores em comum, tais como a participação popular, a dialogicidade e a preocupação com a emancipação dos/as oprimidos/as. Ambas as áreas convergem no objetivo de construir uma sociedade mais justa e igualitária, que valorize a cultura e a identidade dos povos do campo. Esses princípios são essenciais não apenas para fortalecer a autonomia econômica e educacional das comunidades rurais, como também para promover práticas sustentáveis e inclusivas que respeitem e promovam o protagonismo dos indivíduos envolvidos. Ao integrar educação crítica com modelos econômicos baseados na solidariedade e na cooperação, essas abordagens não apenas enfrentam desafios socioeconômicos, mas contribuem para a preservação da diversidade cultural, ambiental e humana.

O princípio da participação popular, por exemplo, busca a autogestão dos sujeitos envolvidos na construção da realidade em que participam, por meio de processos democráticos. Como explicam Freire e Horton (2003), quanto mais as pessoas participarem do processo de sua própria educação, maior será sua capacidade de influenciar e determinar que tipo de

produção realizar, para quem, para que e por que produzir. Essa participação ativa não apenas empodera os indivíduos, mas promove uma maior conscientização sobre as dinâmicas sociais e econômicas que moldam suas vidas (Freire; Horton, 2003).

No contexto da Educação do Campo e da Economia Solidária, o princípio da participação se torna ainda mais relevante, pois essas áreas estão intrinsecamente relacionadas à valorização das comunidades locais, do trabalho colaborativo e da autogestão. Ao fomentar a participação ativa dos sujeitos envolvidos nessas práticas, seja por meio de processos democráticos ou participativos, contribuímos para a construção de um modelo de desenvolvimento que prioriza o bem-estar coletivo sobre o lucro individual. Ademais, a participação não se limita apenas à tomada de decisões conjuntas, mas serve como fortalecedor do senso de pertencimento e da responsabilidade compartilhada pelo desenvolvimento sustentável das comunidades. Dessa forma, a participação ativa não apenas fortalece o protagonismo dos indivíduos, localmente, como promove uma maior coesão social, mais bem-estar e uma economia mais justa e inclusiva, em que todos/as têm a oportunidade de contribuir e se beneficiar mutuamente.

Portanto, a participação não é apenas um direito, mas um princípio fundamental para a construção de uma realidade mais justa e igualitária, em que todos/as têm voz na definição dos rumos coletivos da sociedade. Ao fortalecer a participação popular, não apenas se aumenta a inclusão e a representatividade das diversas comunidades, mas se promove a coesão social e a resiliência democrática. Nesse contexto, ao oportunizar que todos/as os/as membros/as da sociedade contribuam com suas perspectivas e experiências, as políticas e práticas adotadas refletem de forma mais precisa e ampla as necessidades e aspirações de todos/as, fortalecendo, assim, os fundamentos de uma democracia verdadeiramente participativa e responsável às demandas sociais.

Com relação ao princípio da dialogicidade, fundamental tanto na Educação do Campo quanto na Economia Solidária, seu objetivo é facilitar o exercício democrático e promover o diálogo como meio de construir consensos e avançar nas lutas e reivindicações sociais. Nessa direção, Freire e Shor (1986, p. 64) destacam que “o diálogo é uma postura essencial, à medida que os seres humanos se tornam mais comunicativos e críticos”. Ao dialogar, as pessoas não apenas expressam suas ideias, como também ampliam suas perspectivas ao ouvir outras vozes, além de colaborar na busca por soluções coletivas para os desafios cotidianos. Segundo o saudoso Paulo Freire (1987), o diálogo não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um dos princípios fundamentais à educação libertadora. O referido autor enfatiza que a existência

humana deve ser permeada por palavras autênticas, ou seja, a força motriz para indivíduos transformarem tanto o mundo quanto sua própria posição nele.

Além de fortalecer a participação democrática, a dialogicidade na Educação do Campo e na Economia Solidária visa estabelecer relações horizontais e solidárias entre os/as participantes. Essa abordagem não somente fortalece os laços comunitários, como empodera os indivíduos ao envolvê-los ativamente na tomada de decisões que afetam suas vidas e comunidades. Ao promover um ambiente de diálogo aberto e inclusivo, esses projetos criam espaços para a expressão individual e cultivam uma cultura de respeito mútuo e colaboração, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, a dialogicidade não é apenas uma ferramenta de gestão ou de resolução de conflitos, mas um princípio transformador que promove mudanças sociais significativas, incentivando a reflexão crítica e a ação coletiva em prol do desenvolvimento sustentável e da equidade nas comunidades rurais e urbanas.

A preocupação com a emancipação dos/as oprimidos/as é uma das motivações centrais tanto para os projetos de Educação do Campo quanto para a Economia Solidária. Ambas buscam promover formas de educação e produção econômica mais inclusivas, além de almejar transformar socialmente as estruturas que perpetuam desigualdades e injustiças. Essa preocupação com a transformação social não é apenas um objetivo, mas um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos/as tenham oportunidades equitativas de desenvolvimento. No contexto da Educação do Campo, a emancipação se manifesta por meio da valorização dos saberes locais e da capacitação dos sujeitos oprimidos para atuarem como agentes de mudança em suas comunidades. Essa abordagem fortalece a identidade cultural e socioeconômica dos indivíduos, além de os capacitar a enfrentar os desafios específicos do ambiente rural de maneira autônoma e sustentável.

Por outro lado, na Economia Solidária, a emancipação dos/as oprimidos/as se reflete na promoção de práticas econômicas que privilegiam a autogestão, a cooperação, a solidariedade e a distribuição justa dos recursos. Em vez de perpetuar relações hierárquicas e concentradoras de poder, a Economia Solidária busca empoderar os/as trabalhadores/as e as comunidades, permitindo que eles/as tenham controle sobre seus meios de produção e decisões econômicas. Contudo, Silva (2013) destaca que esse processo de busca pela emancipação é complexo, pois envolve não apenas a transformação das estruturas sociais e econômicas, mas a desconstrução de ideologias dominantes que perpetuam a marginalização e a exclusão. É por meio da integração entre teoria e prática, entre ideias e realidade concreta, que esses projetos podem contribuir efetivamente para a construção de um futuro mais justo e inclusivo.

Ademais, pelo viés da Educação do Campo, a preocupação com a emancipação se manifesta na luta por uma educação que valorize as experiências e os saberes das comunidades do campo, muitas vezes marginalizadas e excluídas das políticas educacionais. Por meio da valorização desses saberes e da construção coletiva do conhecimento, busca-se promover a autonomia e a capacidade de intervenção dessas comunidades em suas realidades concretas. Diferentemente, no campo da Economia Solidária, essa preocupação se manifesta na busca por formas alternativas de produção, comercialização e/ou consumo, que estejam baseadas na cooperação, na solidariedade e na autogestão entre os/as trabalhadores/as do campo e da cidade. Trata-se de uma forma de organização econômica que visa superar a exploração e a dominação capitalista, valorizando o trabalho humano e promovendo relações mais justas entre produtores/as e consumidores/as.

Neste artigo, a Educação do Campo se refere a um conjunto de práticas pedagógicas desenvolvidas em ambientes camponeses que buscam uma formação integral dos sujeitos, além de uma educação voltada para a realidade local. Por outro lado, a Economia Solidária é compreendida como uma forma de organização econômica que busca o desenvolvimento sustentável e a justiça social por meio da valorização do trabalho, da cooperação e da autogestão. Quando esses dois conceitos se conjugam, tem-se a possibilidade de criar um modelo de desenvolvimento que esteja mais próximo das necessidades e realidades locais, além de ser possível fomentar a criação de empregos e de mecanismos de geração de renda por meio do fortalecimento da economia local. A partir dessa articulação, pode-se incentivar a produção e o consumo de produtos orgânicos, valorizando os/as agricultores/as locais e fomentando a agricultura familiar.

A Educação do Campo busca garantir o acesso à educação de qualidade contextualizada, a partir das realidades locais e culturais, enquanto a Economia Solidária busca valorizar o trabalho e promover a inclusão social e econômica de grupos historicamente marginalizados. Nessa direção, a articulação entre esses dois projetos transformadores pode contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento baseado na participação ativa dos sujeitos locais, na valorização do trabalho, na promoção da justiça social e na igualdade de oportunidades. Outrossim, essa articulação pode apresentar diversos benefícios para a sociedade.

Nesse horizonte, a relação entre a Educação do Campo e a Economia Solidária pode contribuir significativamente para a construção de um modelo de desenvolvimento que esteja mais em consonância com as demandas locais, promovendo a justiça social, a igualdade de oportunidades e o fortalecimento das comunidades rurais. Assim, podemos dizer que a preocupação com a emancipação dos/as oprimidos/as é um princípio fundamental tanto para o

projeto de Educação do Campo quanto para o de Economia Solidária, uma vez que ambos se propõem a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Portanto, a compreensão dos conceitos de participação alinhados à dialogicidade, visando à emancipação, é fundamental para a relação estabelecida entre essas duas abordagens, pois indica caminhos viáveis para o processo de efetivação da cidadania plena; um desses caminhos refere-se à construção da autonomia dos sujeitos e a possibilidade de libertação de diversas formas de dominação já mencionadas neste artigo.

Caminhos metodológicos da pesquisa de campo: visitando um empreendimento solidário

A pesquisa foi realizada durante o componente curricular “Educação do Campo, Agricultura e Sustentabilidade”, oferecido pelo Curso de Especialização em Educação do Campo, da UFPB. O principal objetivo do referido componente curricular foi investigar o funcionamento de um empreendimento solidário e compreender sua interação dialógica com o paradigma da Educação do Campo, especialmente sob a perspectiva dos/as trabalhadores/as do campo que comercializam produtos agroecológicos em uma feira. Para isso, escolheu-se a “Feira Agroecológica Ecovárzea” como lócus da pesquisa; um evento semanal realizado às sextas-feiras no câmpus da UFPB. Ao explorar a dinâmica da feira agroecológica, buscou-se não apenas entender como ela opera com características de um empreendimento solidário, mas como contribui para a educação e sustentabilidade por meio de suas práticas de produção e comercialização. A feira não se caracteriza apenas como um espaço de comercialização de produtos agrícolas, mas um ambiente de troca de conhecimentos e práticas entre os/as agricultores/as e as comunidades acadêmica e local. Este estudo de caso, que, para Gil (2002, p. 54), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”, permitiu uma análise aprofundada dos processos de produção, organização e interação social que sustentam iniciativas de Economia Solidária no contexto da Educação do Campo.

Considerando o debate proposto neste artigo, que trata da relação dialógica entre a Educação do Campo e a Economia Solidária enquanto experiências emancipadoras, adotamos como caminho metodológico a abordagem da pesquisa qualitativa em educação. Essa abordagem engloba o caráter subjetivo do objeto a ser analisado. Segundo Richardson (2017), esse tipo de abordagem busca compreender o processo dinâmico de determinado grupo social e os significados que tal grupo atribui às suas experiências. Trata-se, portanto, de uma

abordagem que varia de lugar e tempo, expandindo as possibilidades e os caminhos diversos que podem ser sistematizados.

Em consonância com a abordagem qualitativa, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada, aplicado a um interlocutor no processo de investigação, assim como a elaboração de dois diários de campo para anotar observações realizadas durante a pesquisa de campo. Os dados da entrevista foram gravados em um aplicativo de áudio de um aparelho celular, com a transcrição da linguagem oral para a escrita, viabilizada pelo uso da ferramenta denominada *Transcribeme*. Em seguida, o texto escrito foi organizado com a finalidade de torná-lo público, seguindo a estrutura padrão da língua materna, sem alterações da linguagem e do conteúdo contido na entrevista.

Dentre os instrumentos utilizados nesta pesquisa, incluiu-se ainda o diário de campo como outra importante ferramenta de registro das observações e do percurso da pesquisa. De acordo com Araújo *et al.* (2013), o diário de campo é essencial para registrar os procedimentos de análise do material empírico, bem como as reflexões dos/as pesquisadores/as e as decisões tomadas durante a condução da pesquisa. Ele permite documentar os eventos ao longo de todo o processo da pesquisa, desde o planejamento inicial até a conclusão do estudo (Araújo *et al.*, 2013). Para isso, foi desenvolvido um roteiro de entrevista contendo questões abertas e um guia de observação, ambos focados na Feira Agroecológica Ecovárzea e nos seus processos como empreendimento solidário, conforme disponibilizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Instrumentos de pesquisa

ROTEIRO DA ENTREVISTA	GUIA DE OBSERVAÇÃO	DIÁRIO DE CAMPO
Quando a Feira da Ecovárzea foi criada? Qual o seu objetivo?	Observar relações entre produtores/as e consumidores/as.	Escrita do realizado e observado no dia.
Conte-nos como ocorreu o processo de organização do empreendimento do qual o/a senhor/a faz parte?	Quem consome e quais suas expectativas quanto ao produto comprado na feira.	Escrita das aprendizagens.
Qual a sua concepção de economia solidária?	Modos como organizam os produtos para venda.	Minhas reflexões.
Os/as produtores/as foram orientados em alguma formação para atendimento ao/à consumidor/a?	Mapear os preços.	Minhas indagações.

Fonte: elaborado pelo/a autor/a (2024).

Em suma, a metodologia adotada visou compreender os saberes presentes nas experiências dos/as trabalhadores/as do campo envolvidos/as em um empreendimento solidário. Estabeleceu-se, assim, uma relação dialógica em torno do debate teórico-metodológico compartilhado pela Economia Solidária e pela Educação do Campo, tendo sido a entrevista realizada com o camponês João Pedro Teixeira³, participante da Feira desde a sua fundação (2001) e residente no assentamento Dona Helena, em Cruz do Espírito Santo/PB.

A seguir, registram-se algumas passagens do diário de campo:

No primeiro dia, a equipe⁴ de pesquisa fez um “passeio” em torno da feira, olhou algumas barracas; o que era vendido, os preços dos produtos, conversou com a professora, e foi a campo realizar os registros das observações. Fomos surpreendidos/as por um corredor verde, repleto de alfaces variadas, rúculas, cenouras, nabos... Nesse dia, observamos ainda a relação entre produtor/a e consumidor/a, e, um fato curioso chamou a nossa atenção: os modos de vender diferenciados, cujas dinâmicas demonstram práticas de ajuda mútua, sem disputas acirradas pela atenção dos/as consumidores/as (Diário de Campo, 2019, n. p.).

No segundo dia, ao passarmos por uma das barracas, olhamos um senhor falante e que gesticulava muito, aparentando ter muito conhecimento e sabedoria. Em sua cabeça, um chapéu vermelho chamou muito a atenção do grupo e o escolhemos para ser o entrevistado. Nos apresentamos, como alunos/as de Especialização em Educação do Campo da UFPB, e pedimos autorização para gravar a entrevista. Ele aceitou e autorizou a divulgação da sua imagem e a publicização da sua fala. Havia um agricultor que trabalhava [...] com ele e o auxiliou na venda dos produtos de sua barraca, enquanto a entrevista era realizada. (Diário de Campo, 2019, n. p.).

Essa abordagem não apenas capturou as percepções e experiências dos/as camponeses/as na Feira, como proporcionou uma compreensão aprofundada dos aspectos organizacionais, sociais e econômicos que sustentam iniciativas de Economia Solidária no contexto específico da Educação do Campo. Os dados foram analisados com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), com os eixos temáticos ancorados no objeto de pesquisa, com especial atenção aos seus princípios político-educativos. Esses dados foram essenciais para a análise crítica e interpretação dos resultados, contribuindo para a reflexão acerca dos vínculos entre educação, agricultura sustentável e desenvolvimento comunitário. Assim, este trabalho também possui características bibliográficas, pois se fundamenta em referenciais teóricos

³ Trata-se de um pseudônimo em homenagem a um dos líderes das Ligas Camponesas de Sapé/PB.

⁴ Equipe formada por Jailson Batista dos Santos, Lígia Sabino da Costa Melo, Márcio Rogério Bandeira do Nascimento e Mayara Santos da Costa, que auxiliaram o/a autor/a na coleta de dados durante a realização da entrevista.

consagrados que abordam as concepções acerca da relação dialógica entre a Economia Solidária e a Educação do Campo, mas, especialmente, por analisar seus princípios em comum a partir de uma realidade empírica.

Experiências e práticas de um empreendimento solidário: resultados e discussões

A partir das reflexões teóricas apresentadas sobre a Economia Solidária e sua relação dialógica com a Educação do Campo, bem como dos procedimentos metodológicos adotados, destacaram-se as experiências vivenciadas em uma pesquisa de campo realizada na Feira Agroecológica Ecovárzea. O objetivo foi compreender os processos que envolvem esse tipo de empreendimento e seus impactos na vida dos/as trabalhadores/as do campo e na sociedade. Adotamos como estudo de caso a Feira supramencionada, tendo como interlocutor da pesquisa um camponês, embora tenhamos realizado conversas informais com alguns produtores e produtoras. No Quadro 2, apresentam-se os eixos temáticos da pesquisa (Economia Solidária e Educação do Campo), algumas categorias classificatórias (princípios e/ou concepções, organização e impactos), bem como as categorias analíticas (todas as outras presentes no Quadro 2) que compuseram as análises contidas no transcorrer do artigo:

Quadro 2 – Categorias classificatórias e analíticas

ECONOMIA SOLIDÁRIA	EDUCAÇÃO DO CAMPO
PRINCÍPIOS E/OU CONCEPÇÕES	
Autogestão	Valorização do projeto camponês
Coletividade	Conteúdos adequados à realidade camponesa
Solidariedade/Prática de trocas e/ou de doação das sobras	Organização de coletivos de discussão com estímulo à participação (rodas de diálogo/assembleias)
Participação popular	Avaliação diagnóstica, contínua e final
ORGANIZAÇÃO	
Associativismo	Estímulo e valorização da cultura camponesa
Gestão democrática	Gestão democrática
Precificação padronizada	Abordagem agroecológica
Apoio da Cáritas Brasileira e da CPT	Forjada nos Movimentos Sociais
IMPACTOS	
CAMPONESES/AS	
Sustentabilidade com rompimento da cadeia de exploração do trabalho pela via de atravessadores	Consumo de produtos da agricultura familiar, frescos e saudáveis
Mudança de mentalidade	Interação social e cultural
Solidariedade entre os pares	Prática do justo preço
Produção de conhecimento	Consumo de produtos sem agrotóxicos

Fonte: elaborado pelo/a autor/a (2024).

Consoante dados do MST, no estado da Paraíba, existem mais de 50 feiras agroecológicas (Olímpia; Adissi; Peregrino, 2018). Nessas feiras, são comercializados alimentos provenientes da agricultura familiar de maneira sustentável, socioambiental e saudável, beneficiando, concomitantemente, os/as produtores/as e os/as consumidores/as. No caso da Feira Agroecológica Ecovárzea, conforme informações fornecidas por um dos feirantes entrevistados, os/as trabalhadores/as do campo intencionaram a criação do empreendimento a partir de 1999. Entretanto, ele ressalta que a Feira Agroecológica foi concretizada somente em maio/2001, na UFPB, com o apoio da CPT⁵ e da Cáritas Brasileira⁶. De acordo com o colaborador da pesquisa, a proposta da criação da Feira já apresentava uma forte nuance de Economia Solidária de base agroecológica:

A partir de 1999, começaram as primeiras discussões sobre a Feira. Em 2001, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, a Cáritas e um representante do gabinete Frei Anastácio, [...] junto à família [...], determinamos criar essa Feira. No entanto, tem uma pessoa que era da Carta, que participou de uma experiência no Rio Grande do Sul, [...] o nome dela era Rosa. Hoje, ela está ausente, mas [...] quis repassar essa experiência, junto ao assessor de Frei Anastácio. A gente achou muito importante, porque a gente já vivia naquela realidade e, produzindo sem usar agrotóxicos, sem usar o adubo químico, e, então, a gente foi colocar em prática o que fizemos de levantamento e o que [...] iríamos realizar na região de Santa Rita e em João Pessoa. A primeira feira foi feita na Mangabeira 1, na Praça Cristo Rei... como lá não deu certo, por conta do aumento da produção, a gente parou a Feira lá e voltamos. Quando, em maio de 2001, iniciamos aqui na Universidade e, até hoje, estamos aqui... o principal objetivo desse trabalho foi realmente a gente viver no campo, porque a gente produz e cumpre a função social, a gente produz para o nosso sustento e [...] para trazer um produto de qualidade para as pessoas na cidade comprar e, aí, se alimentar e ter saúde (Teixeira⁷, 2019, n.p.).

Em relação ao processo de organização do empreendimento solidário, o feirante entrevistado informou que se mobilizam por meio de reuniões mensais, nas quais decidem o que produzir, como produzir, o que comercializar, como dividir o lucro e o destino das sobras; isso quando há sobras ao final da feira. A partir dos resultados dessas reuniões, eles/as trocam experiências e fazem encaminhamentos sobre os pontos em comum identificados. Além disso, conforme as explicações do feirante, o funcionamento da Feira Agroecológica foi consolidado

⁵ A CPT desenvolve um trabalho de base junto aos povos da terra e das águas, como convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/missao>. Acesso em: 21 nov. 2024.

⁶ A Cáritas Brasileira tem projetos institucionais de dimensão nacional que envolvem a participação de regionais, entidades-membro, paróquias *etc.* Disponível em: <https://caritas.org.br/area-de-atuacao/13>. Acesso em: 21 nov. 2024.

⁷ Trata-se do entrevistado João Pedro Teixeira – pseudônimo –, por meio da entrevista concedida a Jailson Santos.

devido ao trabalho coletivo e às parcerias com a CPT, a Cáritas e a UFPB. Ademais, cabe destacar que:

A Associação, por meio de sua gestão democrática, propicia a inclusão de mulheres, uma vez que tem uma mulher à frente dessa organização. O associativismo foi fundamental para a construção da Feira e sua continuidade, tendo sido possível observar que há o compartilhamento das sobras e trocas de conhecimentos, favorecendo a existência de um espaço democrático, por meio da inclusão social (Diário de Campo, 2019, n. p.).

Com relação ao número de pessoas envolvidas na Feira Agroecológica Ecovárzea e suas funções, o entrevistado relatou que o empreendimento é composto por 40 sócios e 28 famílias. Sobre as funções, há uma presidente, um tesoureiro, um secretário e um Conselho de Ética. Além disso, o entrevistado informou que a associação foi criada há 18 anos e possui uma coordenação formada por 11 pessoas responsáveis pelo planejamento das ações, desde a produção até a comercialização dos produtos na Feira. Percebe-se, na fala do entrevistado, que o empreendimento solidário ocorre sob o sistema de colaboração mútua, tendo a participação na perspectiva da autogestão democrática como elemento fundamental. Segundo as argumentações de Singer (2002), a autogestão é uma das características de um empreendimento solidário quando se administra democraticamente. Nessa perspectiva, além de cumprir as tarefas que competem aos gestores e gestoras, cada participante do empreendimento precisa preocupar-se, também, com os problemas gerais do negócio.

Nesse sentido, “o objetivo da Feira, de acordo com Sr. João Pedro Teixeira, é o trabalho em equipe da parte dos integrantes, visando à geração de trabalho e renda, assim como a inclusão social de forma justa e solidária” (Diário de Campo, 2019, n. p.). Com base na fala do entrevistado, infere-se que a sua compreensão acerca da necessidade de integração dos/as camponeses/as da Feira, por meio da Economia Solidária, contrasta com o modelo de desenvolvimento capitalista, que visa à acumulação e ao lucro, tendo como princípios o individualismo e a competitividade.

Ademais, o empreendimento solidário investigado se constitui em uma prática associativa denominada “Feira Agroecológica Ecovárzea”, baseando-se em princípios da Economia Solidária e da Educação do Campo. Nesse sentido, a ideia de colaboração mútua e autogestão democrática é valorizada, indicando uma preocupação com a participação ativa dos/as envolvidos/as na construção do projeto e na tomada de decisões coletivas. Além disso, a ênfase na agroecologia sugere uma preocupação com práticas sustentáveis de produção e consumo, transgredindo os interesses meramente econômicos. Em suma, a iniciativa da Feira

Agroecológica evidencia um compromisso com ideais de solidariedade, democracia, sustentabilidade e justiça social – valores são fundamentais na filosofia política e na ética contemporânea do bem-viver.

Com relação aos produtos comercializados na Feira Agroecológica Ecovárzea, o feirante entrevistado destaca a variedade e excelente qualidade dos produtos, tais como frutas, legumes, raízes, temperos, hortaliças e flores. Deve-se destacar que esses produtos têm a vantagem de ser totalmente naturais, produzidos sem o uso de agrotóxicos e/ou adubos químicos. Como destacado pelo colaborador da pesquisa, além de oferecer uma produção saudável, sem agressão ao meio ambiente, os alimentos são comercializados com preços similares aos do mercado tradicional, ou seja, apenas um pouco acima dos preços convencionais; o que é uma grande vantagem para quem procura qualidade por um preço justo.

Nesse contexto, uma variável que incide no encarecimento dos produtos se refere ao deslocamento dos assentamentos da Várzea até a UFPB. Vale ressaltar, contudo, que a produção orgânica contribui significativamente para a saúde e para o bem-estar. Além disso, os produtos apresentam qualidade superior e são ofertados em maior quantidade em comparação aos adquiridos em mercados convencionais, como as hortaliças. Considerando ainda o valor agregado à produção agroecológica, podemos inferir o compromisso com o consumo solidário, especialmente na aquisição de produtos orgânicos advindos da agricultura familiar. Destarte, o preço pode ser compreendido como justo, sobretudo porque essa produção advém de diversos assentamentos – como os de Sapé, Cruz do Espírito Santo e Conde, entre outros – e rompe com a cadeia de exploração na qual estão inseridos/as os/as pequenos/as agricultores/as.

Um dos principais questionamentos feitos ao colaborador da entrevista se refere a como ele comprehende a Economia Solidária. Em resposta a esse questionamento, o entrevistado apresentou os seguintes argumentos:

O que eu entendo por Economia Solidária é que nós vivemos dessa economia, porque somos solidários entre nós. Fazemos parte de uma feira agroecológica há 18 anos... a organização acontece de uma maneira solidária e participativa, além de ser uma maneira democrática de conviver. Então, apesar das nossas famílias produzirem individualmente, todo [o] planejamento é feito no coletivo. Então, para nós, isso é uma concepção de solidária de economia (Feirante, 2019, n. p.).

Conforme percebido, o feirante entrevistado demonstra uma compreensão clara da relação entre Economia Solidária e Educação do Campo. Por meio da organização em feiras agroecológicas, os/as produtores/as rurais se unem de forma solidária para planejar e vender

seus produtos, o que lhes permite uma renda justa e sustentável. Além disso, esse modelo de economia promove a participação democrática dos/as envolvidos/as, fortalecendo as relações de confiança e cooperação entre eles/as.

Outrossim, essa visão do feirante reflete os princípios discutidos por Singer (2002), no que concerne à Economia Solidária, uma vez que enfatiza a organização democrática e participativa dos/as trabalhadores/as. Além disso, está alinhada com os conceitos de Caldart (2009) sobre a Educação do Campo, nos quais a feira não apenas comercializa produtos, mas promove a educação sobre práticas sustentáveis e valorização dos saberes locais, contribuindo, assim, para a coesão social da comunidade com mais consciência.

Nota-se, ainda, que a solidariedade se constitui fundamental para o desenvolvimento desse tipo de empreendimento, uma característica que se contrapõe ao monopólio do sistema capitalista. Segundo expresso nas ideias de Singer (2002, p. 114, grifos do autor), “a economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar”. Nesse sentido, podemos analisar que a Economia Solidária e a Educação do Campo estão profundamente interligadas, porque ambas visam transformar relações econômicas e sociais existentes e construir uma sociedade mais justa e solidária.

Ademais, vale ressaltar que a Educação do Campo, como um processo educativo, busca valorizar o conhecimento e as práticas dos/as agricultores/as familiares e camponeses/as, contribuindo para a sua emancipação e para o desenvolvimento sustentável das comunidades do campo. Segundo argumentam Arroyo, Caldart e Molina (2004, p. 12), trata-se de “um movimento de ação, intervenção, reflexão, qualificação que tenta dar organicidade e captar [...] múltiplos significados históricos, políticos e culturais consequentemente formadores, educativos”. A partir desse processo, os/as agricultores/as familiares e camponeses/as compreendem melhor as contradições do sistema capitalista e podem buscar por alternativas de produção e comercialização que sejam mais justas e solidárias. Nesse sentido, a Economia Solidária surge como uma possibilidade concreta de organização social e econômica que privilegia a cooperação, a autogestão e a solidariedade.

Em continuidade à entrevista realizada, indagou-se ao colaborador se ele havia observado algum impacto do empreendimento solidário na vida dos/as trabalhadores/as camponeses/as. Logo, ele relatou que, além das mudanças financeiras, percebeu melhorias na qualidade de vida das famílias que trabalham na Feira Agroecológica, bem como no meio em que vivem:

Uma das mudanças foi a questão financeira, em que tivemos a garantia de ter uma arrecadação semanal. Assim, podemos arcar com nossas despesas e sobreviver desse trabalho. Tivemos mudança, também, na qualidade de vida das famílias e do solo, onde aprendemos a produzir alimentos saudáveis sem a necessidade de utilização de agrotóxico. Então, de modo geral, a gente percebeu que mudou muito a vida, tanto das famílias que compõem a feira quanto dos clientes que consomem nossos produtos (Feirante, 2019, n. p.).

Cabe destacar as mudanças na própria história de vida do colaborador da pesquisa, quando transitou da condição de trabalhador assalariado para pequeno proprietário. Em outra passagem de sua entrevista, ele relatou as agruras do trabalho experienciado na cana-de-açúcar, quando, ainda criança, teve que trabalhar e não pôde estudar. Todavia, ao se integrar à feira, pôde aprender com os ensinamentos das práticas agroecológicas:

Comecei a trabalhar na cana-de-açúcar com 11 anos de idade e, até os anos de 1989, trabalhei nas Usinas. Quando foi lançado em novembro, eu comecei a ter o apoio e a orientação das pessoas [...] para tirar a terra e, a partir daí, a gente começou uma reunião em Sapé, com representante de vários municípios no ano 90. A usina estava entrando em falência e a gente decidiu lutar pela terra. Daí, quando foi em 24 de abril de 1995, a gente trocou a terra e, graças a Deus, até hoje estamos lá. Tem 24 anos junto com a minha família, composta por quatro pessoas. Aliás, cinco – eu, a minha esposa e três filhos. Estamos vivendo da terra, Graças a Deus. Estamos libertos da escravidão e o assalariamento da cana-de-açúcar. [...] Estudei até a terceira série do ensino fundamental. [Eu] parei de estudar com dez anos mais ou menos, aí [tive] que ir para a Usina trabalhar. [Então,] eu só tenho a terceira série do primeiro grau – ensino fundamental naquele tempo, né?. (Teixeira, 2019, n.p.).

A fala do feirante aborda o caráter coletivo do empreendimento solidário, por mencionar não apenas as famílias envolvidas na feira, mas seus “clientes”, evidenciando, assim, uma rede colaborativa que favorece a todos/as os/as seus/suas participantes. Além da mudança de vida, o feirante entrevistado comprehende a necessidade de produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, respeitando e valorizando o solo, que produz alimentos sem a ação de produtos químicos.

A compreensão supracitada se contrapõe ao que é pregado no modo de produção capitalista, em que o uso de produtos industriais nas lavouras é liberado, sem nenhuma preocupação com os/as consumidores/as. Sabe-se que o sistema capitalista não está preocupado com a qualidade de vida dos/as consumidores/as nem com a vida dos/as trabalhadores/as do campo. Conforme salientado por Singer (2002, p. 8), “o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores”. Infelizmente, a maioria vive

nesse modelo, em que as empresas têm um/a proprietário/a e há hierarquia, em que alguns indivíduos se beneficiam mais que outros, reforçando as desigualdades sociais.

Esses relatos são corroborados pelos argumentos de Molina e Jesus (2004), que discutem como a Educação do Campo contribui para a emancipação dos/as trabalhadores/as do campo, promovendo a sustentabilidade e a justiça social. A Educação do Campo é um instrumento poderoso para transformar a realidade das comunidades campesinas, por integrar saberes tradicionais e conhecimentos científicos, capacitando os/as agricultores/as a adotarem práticas mais sustentáveis e economicamente viáveis (Molina; Jesus, 2004). Dessa forma, a Feira Agroecológica se configura não apenas como um espaço de comercialização, mas como um espaço educativo em que os sujeitos da pesquisa aprendem e disseminam práticas agrícolas sustentáveis, fortalecendo a comunidade e promovendo o desenvolvimento rural integrado.

Assim sendo, a Feira Agroecológica, além de se configurar como um espaço de comercialização, também se destaca como um espaço educativo, no qual os/as trabalhadores/as do campo aprendem e disseminam práticas agrícolas sustentáveis, fortalecendo a comunidade e promovendo o desenvolvimento rural integrado, como se infere a partir da fala do colaborador da pesquisa:

Entrevistado: tivemos várias formações com [o] apoio da carta da Comissão Pastoral da Terra. [Além disso,] o assessor do Frei Anastácio [...] participa de intercâmbio fora do Estado, em outros municípios, quando nós tivemos uma total preparação – iniciando pela vida da terra, mas, principalmente, quando a gente estava na posse da terra.

Entrevistador: quais eram os conteúdos que passavam para o senhor? O que aprendeu com essa informação?

Entrevistado: a gente aprendeu [a] como lidar com o solo e [a] como lidar com o meio ambiente... como cuidar da mãe terra e de que forma a gente tira o fruto da terra sem agredir, até porque a gente sabe que, na realidade, é a maioria dos seres humanos que provoca o mau uso; se ele usa a terra, exaustivamente, para dela tirar o lucro, causa muitos danos, mas a gente pensa diferente. A gente pensa que é necessário cuidar dela para tirar nossa sobrevivência e cumprir a nossa função social em cima dela, sem agredi-la (Entrevistado; Entrevistador, 2019, n. p.).

Assim, percebemos que o impacto da Economia Solidária na vida do povo camponês aponta para a evidência de dois aspectos importantes. Primeiramente, há uma mudança financeira significativa proporcionada pela Feira Agroecológica, que possibilita aos/as integrantes arcar com as despesas decorrentes do trabalho, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida das famílias envolvidas. Em segundo lugar, destaca-se a importância da produção de alimentos saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos e/ou adubos químicos,

gerando uma transformação no solo onde se desenvolve a produção. Ademais, é perceptível que a valorização da agricultura familiar e do trabalho camponês na Economia Solidária têm um impacto positivo tanto nas condições de vida dos/as produtores/as quanto na oferta de alimentos saudáveis aos/as consumidores/as. Segundo o camponês entrevistado, os impactos em sua vida são visíveis, tendo realçado o princípio da participação como elemento que desencadeou as mudanças rumo ao bem-viver:

Você começa a participar e muda várias coisas: a questão financeira que, agora, já tem mais uma garantia do que aquela arrecadação semanal. A gente tem a garantia de que aquele dinheiro [é] para a gente sobreviver e acaba com a despesa pessoal e familiar; a gente tem a garantia de que aquele dinheiro dá para a gente sobreviver [e] muda também a qualidade de vida da família, a qualidade de vida do solo e a qualidade de vida [...] dos clientes que compram de um empreendimento solidário. E, de forma geral, a gente viu que avançou muito, pois existem muitas diferenças, se compararmos o antes e o depois de passar por essa experiência (Teixeira, 2019, n.p.).

Em suma, a perspectiva da Economia Solidária contrasta fortemente com os interesses do sistema capitalista. Os/as participantes de empreendimentos dessa natureza, como a Feira Agroecológica Ecovárzea, constroem uma forma sustentável de vida em suas práticas cotidianas. Nesse contexto, trabalhadores e trabalhadoras oriundos/as do campo veem seu trabalho não apenas como um meio de subsistência, mas como uma atividade prazerosa e esperançosa. Ao promover práticas agrícolas sustentáveis e comercializar produtos livres de agrotóxicos e/ou adubos químicos, eles/as não melhoraram apenas a sua própria qualidade de vida, mas a dos/as consumidores/as. Além disso, a Economia Solidária fortalece os laços comunitários e cria um ambiente de aprendizagem mútua, no qual os/as agricultores/as compartilham conhecimentos e técnicas, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e a justiça social, embora necessitem de políticas públicas que favoreçam a articulação entre a Universidade e o empreendimento camponês.

A visão de Economia Solidária e sua relação dialógica com a Educação do Campo privilegia a cooperação e a promoção do bem-viver coletivo, ao passo que representa uma alternativa aos valores e práticas predominantes no sistema capitalista. Isso porque, na lógica capitalista, o trabalho é visto como um meio para acumular riqueza e poder, enquanto na Economia Solidária ele é valorizado como um elemento central da vida em comunidade, capaz de proporcionar satisfação pessoal e coletiva por meio da produção e do compartilhamento de bens e serviços. Nesse sentido, iniciativas como a Feira Agroecológica Ecovárzea são importantes não apenas por seu potencial transformador em termos econômicos e ambientais,

mas por representarem uma forma de resistência aos valores hegemônicos do capitalismo, promovendo práticas mais justas e sustentáveis para todos/as os/as envolvidos/as.

Considerações finais

A partir das discussões apresentadas e dos resultados obtidos na pesquisa de campo, foi possível concluir que a Economia Solidária e a Educação do Campo se relacionam dialeticamente por meio de princípios compartilhados, como a preocupação com a emancipação dos/as oprimidos/as, a participação popular na perspectiva da autogestão e a dialogicidade nos processos de organização coletiva. Essa interconexão revela que ambas as práticas visam à autonomia das classes populares e se estabelecem como forças sociais transformadoras. A preocupação com a emancipação dos/as oprimidos/as é central tanto na Economia Solidária quanto na Educação do Campo. Ademais, a prática de autogestão na Feira Agroecológica exemplifica como a participação popular pode levar a uma gestão coletiva eficaz, fortalecendo a coesão comunitária e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Nas observações realizadas na Feira Agroecológica, constatou-se seu funcionamento baseado nos princípios da cooperação e da solidariedade, gerando impactos positivos na qualidade de vida dos/as trabalhadores/as camponeses/as e no meio ambiente. Nessa perspectiva, os/as feirantes compreendem a importância da Economia Solidária como uma forma democrática de convivência, pautada no trabalho coletivo. Ademais, percebeu-se que a troca de experiências e saberes mútuos entre seus/suas integrantes concretiza o empreendimento, possibilitando pensar em um sistema econômico pautado na humanização e valorização do trabalho coletivo, contrapondo-se ao sistema hegemônico. Além disso, há uma materialização das práticas solidárias entre os sujeitos envolvidos no empreendimento, como a divisão das sobras entre as famílias e a doação dessas sobras às Organizações Não Governamentais (ONG) para ajudar pessoas necessitadas. Nesse sentido, o empreendimento solidário demonstra sua importância como um instrumento de responsabilidade socioambiental.

A Economia Solidária, na perspectiva dos sujeitos do campo, é compreendida como uma proposta de organização social e econômica que valoriza o trabalho coletivo, as relações solidárias e a autogestão. Essa concepção tem relação direta com a realidade vivenciada nas comunidades do campo, onde muitas vezes as diferentes formas de exploração e opressão se entrelaçam, afetando tanto a produção quanto a vida em comunidade. Nesse sentido, a Economia Solidária é vista como uma alternativa capaz de enfrentar esses desafios, ao mesmo tempo em que fortalece os laços de cooperação entre as famílias camponesas. Assim, também

está relacionada à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, que considera as particularidades dos territórios rurais e as demandas socioambientais da região. Nesse sentido, valorizam a cooperação e o trabalho em equipe como fundamentais para o desenvolvimento da economia na perspectiva solidária. Logo, foi possível compreender que a solidariedade é um valor importante nas relações de trabalho, além de que essa abordagem econômica pode contribuir para construir uma sociedade mais justa.

Portanto, por meio da Economia Solidária, os sujeitos do campo buscam promover a inclusão social e econômica, bem como construir um mundo mais justo e sustentável. Nessa perspectiva, a relação entre a Economia Solidária e a Educação do Campo revela um caminho promissor para a transformação social, em que os sujeitos do campo são protagonistas de suas próprias histórias, construindo, coletivamente, uma realidade mais digna. Ao promover a inclusão, a justiça social e a sustentabilidade, além dessas práticas enfrentarem as desigualdades existentes, elas abrem devires aos quais os povos do campo vivem com mais dignidade.

Referências

ARAÚJO, L. F. S. *et al.* Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 15, n. 3, p. 53-61, jul./set. 2013. DOI 10.21722/rbps.v15i3.6326. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/6326>. Acesso em: 21 nov. 2024.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise do percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. DOI 10.1590/s1981-77462009000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?lang=pt>. Acesso em: 3 jun. 2019.

FERNANDES, B. M.; CEROLI, P. R. Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 54-80.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FREIRE, P.; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Tradução de Adriana Lopez. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.

FREITAS, H. C. A. Rumos da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011. DOI 10.24109/2176-6673.emaberto.24i85.2484. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3073>. Acesso em: 10 jan. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MORAIS, P. R. B. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais, de Maria da Gloria Marcondes Gohn. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 36, p. 199-202, jan./abr. 2015. DOI 10.5585/eccos.n36.2797. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/2797>. Acesso em: 21 nov. 2024.

OLÍMPIA, A.; ADISSI, P.; PEREGRINO, T. Feiras agroecológicas levam alimentos sem veneno para lares paraibanos. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/06/06/feiras-agroecologicas-levam-alimentos-sem-veneno-para-lares-paraibanos/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, L. E. O sentido e significado sociológico de emancipação. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 3, n. 11, p. 751-765, set./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/8924>. Acesso em: 24 nov. 2024.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Submetido em 15 de julho de 2024.

Aprovado em 26 de outubro de 2024.